

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara

MARIA LIEGE FREITAS FERREIRA

A CONSTRUÇÃO DO ELDORADO AMAZÔNICO NO GOVERNO VARGAS:

a representação através da imagem (1940-1945)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara, como requisito para obtenção do grau do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Segatto

Araraquara, SP.

2011

RESUMO

O projeto de brasilidade/nacionalidade gestado pelo governo varguista, particularmente o Estado Novo (1937-1945), foi elaborado na configuração retórico/persuasiva e tinha como objetivo a construção da relação de pertencimento dos brasileiros a um país que congregava a todos na formação da identidade e orgulhos nacionais. Assim, as regiões brasileiras até então esquecidas pelos governos anteriores são realinhadas ao processo da unidade nacional pretendida: o Oeste constitui, então, interesse nacional, especialmente a Amazônia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1945) interviria de forma mais intensa na ação do Estado Novo na Amazônia ao, torná-la, também, produtora de borracha para os Aliados. Para isso o governo incentiva a migração, principalmente a nordestina, para os seringais amazônicos. Essa política de recrutamento ficou conhecida como a “Batalha da Borracha” e tinha como estratégia, além de formar mão-de-obra para as empresas seringalistas na Amazônia, a ocupação permanente do Oeste brasileiro. Utilizando um aparato propagandístico o governo Vargas fabricava, assim, o Eldorado amazônico. Utilizando como referencial teórico a Sociologia Histórica weberiana, o Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead e a Análise do Discurso pechêuniano, objetivamos apresentar uma leitura imagética da ação do Estado Novo na Amazônia defendendo que a referencialidade persuasiva da imagem pode ser estudada à luz do Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead.

Palavras-chaves: Estado Novo- brasilidade – Amazônia – Eldorado – interação – persuasão.

ABSTRACT

The “brazilianity”/nationality project conducted by Vargas’ government, particularly by the New State (Estado Novo) (1937-1945), was carried out under the rhetoric/persuasive configuration and its aim was to build the belonging relationship between Brazilian citizens and a country that congregated all the individuals in the identity formation and national prides. Thus, the Brazilian regions, until then forgotten by previous governments, are realigned to the process of the intended national unity: the west constitutes, then, a national interest, mainly Amazon. Brazilian entrance in the World War II (1938-1945) would intervene more intensely in the action of Estado Novo in Amazon, when it became also rubber producer to the allied. Therefore, the government encouraged migration, mainly from the northeast of the country, to the region plentiful of Amazonian rubber trees. This recruitment politics became known as the Rubber Battle (or Batalha da Borracha) and its strategy was, besides creating work force to rubber trees companies in Amazon, to permanently occupy Brazilian west. Through an advertisement apparatus, Vargas’s government built the Amazonian Eldorado. Theoretically based on Weber’s Historical Sociology, George Herbert Mead’s Symbolic Interactionism and Pecheux’s Discourse Analysis, we aim at presenting an imagetic reading of the New State action in Amazon, advocating that an image persuasive frame of reference may be studied based in the light of George Herbert Mead’s Symbolic Interactionism.

Keywords: Estado Novo – brazilianity – Amazon – Eldorado –interaction – persuasion.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos que tudo já foi dito sobre o Estado Novo (1937-1945) eis que nos apresentam novos olhares e novas perspectivas sobre o período contemplando aspectos, agentes e lugares até então não privilegiados pela grande historiografia. Assim, quanto mais estudamos esse período emblemático da história recente brasileira que, definitivamente, reordenou as relações e seus significados entre estado e sociedade no Brasil nos variados campos da vida cotidiana, mais conhecemos o jogo de relações e interesses que permearam a criação de um dos maiores projetos de Estado na América Latina que, como afirmado imprimiu nova reordenação entre estado e sociedade no Brasil: o governo Vargas; particularmente o Estado Novo período compreendido entre 1937-1945.

É justamente essa reordenação de relações, seus significados e mecanismos utilizados pelo estado varguista para sua operacionalização e longevidade que continuam atraindo estudiosos sobre o tema. Mas, o que continua, ainda, determinando o Estado Novo motivo de grande interesse pela historiografia, dada a imensa e variada gama de estudos sobre o período? Que variedades e variações de ações ainda não foram analisadas? Por que os pesquisadores que se debruçam sobre o tema elegeram lugares, ações e agentes históricos específicos? E, ainda, por quê passam uma uniformidade da ação getulista em todo o território brasileiro, quando em leituras mais apuradas percebemos ausências graves de fatos diretamente elaborados por esse governo em regiões brasileiras distantes e com grandes repercussões a nível nacional e internacional, como é o caso da ação do Estado Novo na Amazônia ou no interior do Brasil no período compreendido entre 1940-1945? Que fatores externos ‘obrigaram’ o Brasil a ‘reordenar’ sua política nacional, particularmente quanto à Amazônia à política externa durante a segunda guerra mundial?

O projeto de brasilidade/nacionalidade gestado pelo governo varguista, particularmente o Estado Novo (1937-1945), foi elaborado na configuração retórico/persuasiva e tinha como objetivo a construção da relação de pertencimento dos brasileiros a um país que congregava a todos na formação da identidade e orgulho nacionais. Dessa forma a dicotomia

litoral desenvolvido e interior e sertões atrasados deixariam de existir. Assim, as regiões brasileiras até então esquecidas pelos governos anteriores e que apresentassem potencial de investimento de capitais são realinhadas ao processo da unidade nacional pretendida: o Oeste constitui, então, interesse nacional, especialmente a Amazônia. Para isso, o governo incentiva a migração, principalmente a nordestina, para os seringais amazônicos. Tal política de recrutamento ficou conhecida como a “Batalha da Borracha” e tinha como estratégia formar mão-de-obra disponível para as empresas seringalistas na Amazônia, a ocupação permanente do Oeste brasileiro, tornar a Amazônia produtora de matérias-primas para as indústrias sudestinas e isenção tributária para empresários que investissem na Amazônia.

Para os teóricos do Estado Novo diante da deficiente (leia-se: inexistência) atuação do Estado naquelas paragens nas quais o rifle era a lei, a pajelança e o curandeirismo a medicina, urgente se fazia a presença forte do Estado como agente regulador e civilizador: uma legislação prática estatal através da qual seriam extirpadas o jagunço, o pistoleiro, o capanga; uma legislação racional-legal em que as relações sociais (cultura e religião), políticas e econômicas seriam efetuadas através dos dispositivos legais do estado brasileiro no interior dotando-o do instrumental técnico-científico que a modernidade gestada proporcionava com especial destaque para uma reorganização espacial nas regiões de fronteira.

Toda uma estrutura discursiva é elaborada para a criação de ‘pertencimento’ da região na população brasileira enaltecendo suas riquezas e construindo no imaginário da população alvo a superação de situações adversas a que sempre estiveram submetidas. A presença efetiva do Estado nacional através das colônias de fronteiras e agrícolas e dos territórios federais tornava, assim, a Amazônia como integrada ao espaço nacional brasileiro, dotá-la de uma estrutura humana foi o passo seguinte.

Recorrendo a diversos meios de convencimento (rádio e discursos oficiais) o governo varguista utilizou amplamente os veículos de comunicação como meio persuasivo para os objetivos em questão. Ao DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão criado pelo governo com a finalidade e poder de centralizar, controlar e censurar qualquer tipo de atividade direta e indiretamente referente ao governo Vargas, caberia a tarefa de elaborar e divulgar em cadeia nacional a campanha publicitária da Amazônia como Eldorado. A Marcha para Oeste (expressão criada pelo jornalista e escritor Cassiano Ricardo em 1940 e título de seu mais emblemático livro) é o lema utilizado por Vargas para a campanha da ação que empreenderia na Amazônia.

A contratação do artista plástico suíço Jean Pierre Chabloz¹ para a criação da campanha publicitária visual da borracha fecha o corolário da proposta varguista. O material publicitário por ele criado - geralmente cartazes, eram trabalhados de modo a não permitir dúvidas no público alvo quanto ao paraíso amazônico, produzindo assim, adesão à causa da Batalha da Borracha. Centenas desses cartazes foram amplamente espalhados por todo Brasil (em especial no Nordeste); era primordial que as mensagens chegassem aos mais distantes lugares do país. Os cartazes do SEMTA (Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia) são trabalhados de modo a fixar uma imagem permanente da Amazônia enquanto um paraíso a ser explorado economicamente e terra promissora de uma nova vida. Inspirado no projeto de propaganda política nazi-facista que tinha como objetivo envolver emotivamente as massas ao projeto hegemônico alemão; Vargas utiliza esse mesmo imaginário no projeto do Estado Novo e na Marcha para o Oeste.

Ao problematizar o projeto imagético/discursivo da ação do Estado Novo na Amazônia sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano utilizando elementos da Análise do Discurso pechêutiano e da Sociologia Histórica de Weber, nosso objetivo é demonstrar as possibilidades dialógicas entre as idéias dos autores aqui apresentadas. Procuramos explicitar que a questão do *sentido* (significados/interesses) e do *discurso* enquanto estratégias dos saberes-poderes podem ser explicitadas à luz de uma teoria que nos convida a um olhar mais elaborado sobre a referencialidade persuasiva da imagem. Portanto, o diálogo é possível e frutífero. A (grande) dificuldade será demonstrar as possibilidades apontadas ao longo de nossa exposição. Não dispomos de ecletismos e elegância no domínio da escrita; o que nos move, antes, é demonstrar que é possível, mesmo com as limitações expostas, apresentar uma outra possibilidade teórica para os estudos sobre a significação e, assim, da imagem persuasiva.

Nosso trabalho apresenta como é possível realizar uma leitura imagética da ação do Estado Novo na Amazônia no período compreendido entre 1940-1945 sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico de George Herbert Mead. Ao trabalharmos com as categorias sentido, interesses, significado, significação e identificação como elementos constitutivos do/para o processo persuasivo e assim, arregimentador inscrevemo-nos na necessária compreensão dos discursos e seus usos, no caso em questão, o imagético, como um dos mecanismos elaborados pelos saberes-poderes para seu *establishment*. Dessa forma a análise

¹A biografia do pintor e intelectual CHABLOZ é apresentada no Capítulo I deste trabalho.

imagética sob a perspectiva interacionista meadiana possibilita o diálogo com elementos da Sociologia Compreensiva-Interpretativa weberiana e da Análise do Discurso pêncheutiano, proporcionando compreender como a tríade Estado/política/mídia articulou a inserção da Amazônia ao projeto da unidade nacional gestado pelo governo Vargas utilizando o discurso retórico/persuasivo da Amazônia como Eldorado.

É sobre como se fabrica a produção de sentidos, persuasão e arregimentação na perspectiva do Interacionismo Simbólico meadiano que trabalhamos a análise imagética da Ação do Estado Novo (1940-1945) na Amazônia na defesa da seguinte tese: O Interacionismo Simbólico, ao trabalhar a conduta organizada do grupo social na base dos sentidos (significados) que as coisas têm para suas realidades sociais oferece cabedal teórico que proporciona a compreensão da representatividade apresentada pela referencialidade persuasiva da imagem nos níveis situacional (momento histórico) e discursivo (formulações conceituais logicamente encadeadas).

O **Interacionismo Simbólico** de George Herbert Mead.(1863-1931), psicólogo americano da Escola de Chicago, EUA, inscrito na metodologia de resultados concretos do pragmatismo, Mead elaborou uma teoria segundo a qual a formação de eu (*self*) depende das relações (interações) que estabeleço (emos) com os outros. Até aqui nenhuma novidade: sociólogos, historiadores, antropólogos, pedagogos, e psicólogos que estudam as relações sociais sabem que a socialização constitui elemento basilar para conhecer e interagir em sociedade. O que singulariza e lança novas possibilidades de estudos sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico para uma melhor compreensão da diversificada realidade social é o reconhecimento (crescente) por parte de estudiosos de outras áreas do saber acadêmico da questão da **significação mediada** trabalhada por Mead. Ao nos afirmar possuímos um **eu** (*self*) e um **me** (*mind*) interior que, não necessariamente, encontram-se em harmonia com as exigências da vida em sociedade (*society*), Mead convida a repensarmos as questões da identificação e da persuasão, geralmente apresentados sob leituras homogeneadoras, sob o viés da mediação.

É a interação na sociedade que proporciona como as relações sociais Estado/sociedade são estabelecidas. E são nas mediações para a interação planejada (identificação/persuasão) que poderemos descortinar muitas práticas do saber-poder. Só compreenderemos os autoritarismos e os totalitarismos em sua verdadeira gênese quando inseri-los na ‘teia de interações’ que forjam a sedução à uma causa sedutora de uma suposta superioridade internalizada enquanto tal por seus seguidores; de igual importância a compreensão dos

mecanismos da condução interativa da promessa do desenvolvimento e justiça social. O Interacionismo Simbólico nos fornece elementos referenciais consistentes para compreendermos como a identificação e a significação, elementos basilares para a interação/persuasão são elaborados e executados por seus gestores para a persuasão planejada.

O mundo das mediações-interações, tem, pois, constituído interesse crescente da pesquisa acadêmica. Um mundo em que a linguagem e a comunicação (agora acrescida dos meios interativos) em todas suas formas (verbal, imagético, gestual e/ou simbólico) constituem vasto repertório no qual para as finalidades devidas, a compreensão da mensagem, existe antes, todo um trajeto de mediações para a ação da interação esperada. Significação que deve ser analisada no universo do jogo de interesses que os poderes estabelecem entre o *ser*, *querer/parecer-ser* e *poder-ser*; entre o *fazer*, *querer-fazer* e *poder-fazer*.

Cada sociedade tem sua historicidade em um tempo e espaço determinado e deve ser compreendida na *sua* (dela) atitude dialogal, portanto, relacional e interativa (em maior ou menor grau) com os diversos agentes nela envolvidos qual seja: do particular/singular para o universal/ coletivo. Cremos ser esta a luta que move a História e a Ciência, seja em qualquer de seus campos. Um exemplo do exposto pode ser encontrado na questão dos direitos sociais: saúde, moradia, escola, trabalho digno e acesso ao lazer; que continuam sendo estas as motivações que movem os cientistas e intelectuais das sociedades, agora acrescidos das questões da globalização; significando afirmar que os acontecimentos nos convidam a estudá-los à luz dos desafios que esta tem nos colocado. Jameson (2005), Wallerstein (2004; 2002a; 2002b; 2001), Souza Santos (2007; 2000; 1995) e Huntington (1997) constituem quatro exemplos de autores que problematizam a questão da globalização e seus efeitos; o grande mérito de seus trabalhos é a análise clara e objetiva das formas e tipos de luta que o capital, o Estado e seus diversos agentes sociais empreendem na luta pelo pertencimento com reconhecimento, tema que tem em Honneth (2003) sua especialidade.

Portanto, não concordamos com assertivas de crise nas *ciências sociais*, na *história*, crise de paradigmas, e, finalmente, na crise dos clássicos no sentido de que suas idéias não mais corresponderiam aos ‘novos’ problemas e desafios que a sociedade, por muitos denominada de pós-moderna, nos impõe. E quais são as novas metodologias das Ciências Humanas? Se for quanto à questão das novas relações entre sujeito e objeto ou sobre a antiga questão entre objetividade e subjetividade na pesquisa social seja em qualquer ramo do saber, Max Weber, já no início do século XX, nos convidava a realizá-los. Trata-se, isto sim, de

novas perspectivas sobre objetos até bem pouco tempo considerados irrelevantes para seu estudo no âmbito acadêmico.

Sendo a realidade social uma permanente construção histórico/temporal/espacial na qual a diversidade de idéias e planos de mundos se interpenetram; a necessidade de conhecê-la propuliona os cientistas a desvendá-la à luz das ferramentas possíveis do presente do pesquisador e do quadro escolhido para decifrá-lo. Logicamente, o fará a partir de escolhas referenciais de autores que apresentem as possibilidades possíveis para a análise empreendida em/sobre seu objeto e absolutamente possível à chancela acadêmica, mas, sobretudo na vida social. Na medida em que os acontecimentos do presente remetem a embates da vida social em qualquer de suas esferas, e, dependendo de como esse presente esteja sendo problematizado pelos saberes/poderes na dinâmica do momento vivido, a História será reescrita (Schaff, 1987).

Na verdade não temos encontrado nas Ciências Sociais novas teorias, mas sim, novos olhares, novas perspectivas, novos significados e (re) descobertas de teorias por um longo tempo consideradas reducionistas ou abstratas em demasia às teorias já existentes ou seus desdobramentos. E há ainda muito a dizer sobre a sociedade a partir desses (renascidos) referenciais, autores e correntes teóricas ainda pouco exploradas que podem fornecer grandes contribuições à análise teórica na busca de soluções aos problemas da sociedade nos seus mais variados aspectos.

Ao trabalhar com teorias pouco exploradas ou que se apresente como inéditas, seu pesquisador deve atentar para sua procedência e contribuição para a sociedade não só à qual pertence, mas, como uma nova perspectiva de estudos sobre a mesma. Essa aceitação, todavia, não ocorre sem embates entre os defensores radicais quanto a uma única forma de estudar a sociedade, e, portanto, com a forma de fazer ciência até então reconhecida e estabelecida. Para ser reconhecida enquanto uma nova ou outra forma de fazer ciência o novo 'paradigma' deve apresentar possibilidades de novos questionamentos e perspectivas sobre os variados aspectos que compõem a vida em sociedade de modo que seja objetiva e academicamente aplicável com resultados inovadores no universo intelectual ou social a que se pretende. A inovação não significa, entretanto, um novo 'messias' que 'tudo diz resolver'; mas novas possibilidades de reestudar 'antigos' e novos aspectos da história em sociedade.

Para Mead nenhuma experiência da vida ocorre fora do agrupamento humano. Somos seres sócio e culturalmente pertencentes à vida em sociedade. Todavia, para a vida em

sociedade é necessário que estejamos ‘civilizados’ a tal ponto que o contrato social que nos regula seja ‘obedecido’ de forma a não ameaçar seus dispositivos (arsenal normativo/disciplinar) reguladores. E em ‘defesa’ da vida em sociedade, portanto, do contrato social, diferentes grupos sociais, diferentes modos de pensar, diferentes modos de vida, diferentes querereres, pulsões e patologias foram obliteradas em nome do processo civilizador. Processo diagnosticado pela psicanálise no final do século XIX por Freud, pela sociedade dos interesses relativos a valores e fins por Weber, e pela crítica contumaz de Nietzsche e de Norbert Elias na Sociologia.

É justamente nesse *eu* individual que trava luta consigo mesmo para conseguir viver em sociedade de forma prática que Mead foca seus estudos de psicologia e sociologia. Ao elaborar a questão do eu (*self*) e da mente (*mind*); isto é, da luta interior que travamos entre o eu selvagem e a mente que pensa e articula pensamentos, Mead apresentava que todos os processos sociais que tivemos antes de nós, os que passamos a ter ao nascermos, assim como os que vamos estabelecendo com outras pessoas são baseadas na troca de significados que tenhamos e passamos para os outros, assim como os significados dos outros passam a ser incorporados por mim (nós).

Para o autor nenhuma relação é estabelecida fora do princípio da significação; e, portanto, da interação; da ‘troca’ de *significados* e *significação* intermediadas pela *mediação*. É no processo da mediação para a interação ao significado/significante do outro generalizado que vamos estabelecendo nossas escolhas no turbilhão de complexidades de novas formas de sociabilidade e viveres, nos quais (ainda) poucos tem a (necessária) clareza da importância da luta pelo pertencimento com reconhecimento na sociedade. Ressaltamos que primeiro escrevemos a palavra pertencimento *antes* da palavra reconhecimento: por um motivo óbvio: nem tudo (ou quase tudo) a que pertencemos somos reconhecidos enquanto tal.

Ao problematizar o eu social (*self*) e o me (*mind*), Mead não defendia a superioridade de um ou de outro, nem de um sobre o outro, mas no embate travado entre um e outro para a vida em sociedade; qual seja, da conduta social no grupo ao qual aquele indivíduo pertence. Mead nos chama a atenção que as explicações da sociedade devem privilegiar o todo e não o todo em termos de partes e que o sistema valorativo que pertence à sociedade só terá valor se conseguir penetrar na esfera de valores do indivíduo. Que o discurso seja verbal (em presença ou sonoro-radiofônico) ou não-verbal (imagético, iconográfico) a compreensão de sua mensagem e, portanto, de sua significação para a arregimentação pretendida só acontecerá

com a presença da mediação na qual a linguagem (verbal e não verbal) desempenha função primordial para os objetivos em questão.

Nosso trabalho constitui, pois, uma contribuição para o debate sobre as pesquisas que tratam o Estado Novo no Brasil buscando apresentar a reordenação do capital e espacial que o governo Vargas elaborou para o Brasil ao inserir a Amazônia ao projeto de brasilidade e modernidade objetivados por Vargas e seus ideólogos para o Brasil.

CONCLUSÃO

Iniciamos nosso trabalho utilizando o pensamento de Otávio Ianni sobre os desafios que a globalização impõe aos cientistas: repensem seus referenciais teóricos-metodológicos para as análises sobre a vida em sociedade, com as interações que a globalização em ritmo frenético exige. Repensar referenciais teóricos-metodológicos, no entanto, não significa afirmar a “morte” dos clássicos (e Ianni deixa isso bem claro no texto em questão) e substituí-los por teorias imediatistas e limitadas que não proporcionam a análise que a pluralidade e variantes da vida “globalizada” exige.

Plural e variada, no entanto, sempre foi a vida em sociedade. O tipo de socialização a que o capital e governantes não comprometidos com a gestão dessa pluralidade e suas variantes em moldes sócio-políticos menos injustos, é que exige análises em que os sujeitos sociais sejam percebidos nas mediações e interações que realizam na busca para o ser-viver. É essa, a verdadeira sociologia que Ianni nos convida a realizar, seja na atualidade ou em qualquer aspecto da vida da historicidade das sociedades de impactos de pequena, média ou grande magnitude.

Uma sociologia que problematize os meios para os fins estabelecidos. Uma sociologia das negociações dos campos envolvidos, porque são nas negociações que os interesses são estabelecidos. Negociações que necessariamente utilizam a mediação e a interação como ferramentas indispensáveis para suas realizações. Na mediação, todas as possibilidades são utilizadas para sua efetivação. Saber elaborar e conduzir os riscos, conflitos de personalidade e de gerência, observando que o outro tem tanto interesse quanto a outra parte na efetivação da negociação, mesmo que as proposituras sejam de difícil condução. E justamente por serem de difícil condução, as mediações para a interação objetivada devem constituir-se da sábia articulação entre os atores envolvidos. Dessa forma, e somente dessa forma, a interação - com significados e interesses compartilhados na forma de alianças ou persuasão conduzida - acontecerá.

Neutralizar os opostos e as divergências, não subestimar o outro, (re) conhecer o universo de expectativas do público - alvo ou setor que deseja imprimir a interação para a persuasão objetivada constituem tarefas que o pesquisador deve debruçar-se para conhecer o

sucesso ou o fracasso de acontecimentos que envolvem a vida de toda uma sociedade ou comunidade a qual destina sua pesquisa.

O Interacionismo Simbólico meadiano é a teoria que possibilita a compreensão do mundo das mediações e das interações por proporcionar elementos inovadores e revigorantes para compreendermos como os pilares da vida em sociedade - a política (econômica e financeira), a ciência (disputa de paradigmas) e a cultura (religião e sistema valorativo popular e erudito) 'distribuem' os papéis a serem 'seguidos' na escala de alianças e ordenamentos que impõem sob a designação de 'escolhas democráticas'. Na verdade, o são, pois são 'livres' as 'escolhas'. Todavia, os papéis que desempenhamos nas diversas instâncias da vida em sociedade na análise interacionista simbólica meadiana, não são de completa sujeição ou passividade, mas constantemente (re) significados e significantes segundo os sentidos que os sujeitos vão incorporando às suas vivências.

O sujeito para Mead, já o afirmamos, não é assujeitado no sentido da passividade. Pode não apresentar o nível de reflexão crítica imediata, mas consegue elaborar significados e realizar as mediações para interação requerida. Suas pesquisas sobre a mente, o gesto, o símbolo como mecanismos elementares para o processo social no que chama de "conduta inteligente" leva a criação de *selves* para a realização nas variadas situações da vida social.

Da mesma forma quando nos explicita as relações entre organismo, comunidade e meio ambiente. Em todos, a questão do significado constitui a mola mestra das ações. Os conflitos, dependendo de suas origens e como são geridos pelos poderes também constituíram interesse para Mead; daí ter desenvolvido pensamento, particularmente quanto à guerra quando defende a 'sublimação' das diversas diferenças entre classes sociais, etnia e gênero para o aniquilamento do inimigo comum.

A integração, que para Mead só tem valor com reconhecimento, acontece quando conseguimos ver o "outro generalizado" de nós mesmo nos outros indivíduos. Pensamento refutado por Bauman (2005), que afirma em uma sociedade de amigáveis e amores líquidos o "outro generalizado" ser impossível existir. Sabedor das dificuldades para a integração, a mediação e a interação, Mead explicita os elementos que os saberes-poderes da sociedade elaboram para os interesses e significados que desejam imprimir segundo os propósitos em questão.

Um desses artifícios é a imagem realizada e utilizada pelos saberes-poderes como discurso homogeneador. Para o Interacionismo Simbólico meadiano, a imagem não é negada em sua referencialidade persuasiva, porém, sua singularidade na interpretação de qualquer imagética reside no não assujeitamento do sujeito (referente) ao fotógrafo. Mead não reconhe-

ce a passividade do referente frente ao fotógrafo, mesmo reconhecendo as condições de sua realização e efeitos esperados na sua produção. Para o autor, o referente apresentado na imagem já é algo desejado, se não objetivamente, pela impossibilidade de sua realização, com certeza no nível do inconsciente que, ao deparar com a imagem que apresenta os elementos do universo desejante, adere à sua persuasão.

Para Mead, o processo de reflexão é contínuo, seja através de imagens, gestos, conversas com pessoas da comunidade mais “esclarecidas” e familiares; seja pela ‘troca’ de informações de pessoas que já vivenciaram o apresentado e confirmam a ‘veracidade’ do exposto. Dessa forma, as conversas vão formando interações de objetivos que, apresentadas de forma objetiva e com possibilidades efetivas de sua realização, tornam-se realidade em forma de aderência ao “retratado”.

Outro aspecto quanto à imagem interacionista meadiana é sua capacidade de persuasão em momentos de grande comoção nacional, a guerra, por exemplo. Para Mead, nesse momento, tudo e todos devem estar ‘irmanados’ no sentimento de patriotismo para a eliminação do inimigo. Para a “reconstrução nacional”, todos são elevados à categoria de construtores da nova cidadania e são “convocados” a participar do esforço que a nação espera como contribuição de cada um no objetivo visado.

Objetivos subjetivamente visados como nos diz Weber e em condições específicas de produção de efeitos de sentidos como nos diz Pêcheux. Objetivos que necessitam de mecanismos para sua realização. A esses mecanismos Mead chama mediação. São as mediações as reais possibilidades de potencialização de ações e relações sociais que acontecem sob os mais variados interesses da vida em sociedade para a interação sob a forma de persuasão que os objetivos em questão exigem.

Ao apresentar a questão da significação mediada, o Interacionismo Simbólico meadiano fornece elementos para (re)examinar acontecimentos emblemáticos da história brasileira como é o caso do Estado Novo (1937 – 1945) que definitivamente reordenou as relações entre Estado e sociedade no Brasil, ao racionalizar no objetivo da modernidade nacionalista os ordenamentos que se faziam necessários até então estabelecidos entre cidade e campo, política e economia, ciência e cultura.

O Estado Novo é um dos temas mais estudados pela literatura historiográfica em todos os âmbitos da história brasileira do período. Com isso afirmamos que o Estado Novo continua a despertar interesse da literatura historiográfica por apresentar (por um bom tempo ainda), aspectos de sua trajetória pouco explorados e que merecem olhar científico mais detalhados.

Uma das primeiras observações é a abundante bibliografia que trata o período em sua ação no litoral, mais particularmente nas principais capitais do país; enquanto no interior do Brasil ainda é pequena e desconhecida pela grande maioria de nossos estudantes. E no entanto, no interior do Brasil ocorreram fatos que repercutiram em todo o país. A Revolta de Beckman (1684), a Cabanagem no Pará e no Amazonas no Período Regêncial (1831-1840) constituem apenas três fatos que merecem estudos aprofundados que proporcionarão conhecimentos sobre a resistência da população da região.

Da mesma forma, os acontecimentos da Revolução de 1930 com as interventorias na região amazônica é outra lacuna como os citados acima, particularmente nos livros didáticos de História e Geografia do Brasil. Acresça-se a limitação (para não dizer desconhecimento) de nossos professores sobre a história da região. Aqui, teríamos que fazer uma crítica aos cursos de graduação, particularmente os das chamadas Ciências Humanas, por trabalharem diretamente com a análise das ações e relações sociais, das mediações e das interações na sociedade brasileira.

A ação do Estado Novo na Amazônia é outra lacuna da chamada grande historiografia. Ainda são poucos - autores e editoras do eixo Rio - São Paulo que dedicam estudos específicos sobre a história da Amazônia que fuja ao já tão comum e repetitivo tema da sua biodiversidade, riquezas naturais, exploração desordenada e criminosa ambiental. Referimo-nos à dificuldade em publicações no eixo Rio-São Paulo de trabalhos sobre a história da Amazônia, particularmente sua formação sócio-histórica desconhecidos da grande maioria do alunado brasileiro e permanecem nas prateleiras ou bancos de dados das instituições da região por dificuldades financeiras para suas publicações, mesmo tendo a grande maioria de seus autores, realizado seus cursos de Pós-Graduação em Instituições de Ensino Superior no eixo Rio- São Paulo.

As exceções são a Fiocruz, em Manguinhos, no Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também no Rio de Janeiro e a Fundação Carlos Chagas na capital de São Paulo, da Biblioteca e Arquivo Nacionais que mantêm a guarda de documentação valiosíssima e rara sobre a história da Amazônia, mas que em sua grande maioria, tratam sobre a situação sanitária e endêmica da região.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresenta um diferencial quanto às demais ao criar, em 1973, o CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea – que trabalha, além do acervo documental escrito e imagético - com a História Oral, dispondo de um rico acervo de documentação oral sobre personagens que fizeram a História do Brasil, particularmente o período Vargas. Todavia, como os demais órgãos e instituições acima

citados privilegia a história litorânea. Quanto à Amazônia, o CPDOC dispõe de uma linha de pesquisa intitulada *Amazônia e defesa nacional*, cujo recorte cronológico é o período pós-ditadura militar até a atualidade, não dedicou, até o momento, uma publicação específica que trate sobre os variados agentes e aspectos sociais da região que relatam a ação do Estado Novo na região, especificamente a imagética.

Que essa História consta do acervo da FGV, afirmamos que sim, porém, não tem recebido o tratamento que merece, exceção feita em depoimentos orais concedidos ao CPDOC por médicos que trabalharam na Amazônia no período em questão.

Na busca de contribuir para uma possível contribuição sobre o tema em foco, este trabalho buscou apresentar como a Amazônia foi inserida no projeto da nacionalidade capitalista estadonovista sob uma outra perspectiva: a Interacionista Simbólica meadiana, que trabalha a questão da interação, e, portanto, da interação com significação como mecanismo persuasivo, situando nossa problemática na análise da referencialidade imagética que a ação estadonovista empreendeu na região para sua inserção como corpo da Pátria.

Reordenamento que, necessariamente, para sua realização - mesmo com o autoritarismo jurídico/normativo/punitivo/disciplinar elaborado pelo corpo intelectual que o reconhecia e o legitimava perante a opinião pública através do aparato propagandístico elaborado pelo DIP e a Agência Nacional - não teria ocorrido sem as mediações que foram necessárias realizar.

Com as dificuldades impostas pela substituição das importações e o crescente processo industrializante que se vinha verificando nos grandes centros, com a também crescente supremacia da cidade sobre o campo, Vargas adota a valorização das matérias primas brasileiras como um dos mecanismos para o processo industrializante nacionalista que tinha como objetivo instaurar. Interior e litoral, enfim, 'irmanados' na construção da nacionalidade pretendida.

O Interior como produtor de matérias-primas e consumidor dos produtos industrializados nas indústrias dos grandes centros de então era a intenção de Vargas. O Oeste (Amazônia) e o Brasil Central na nacionalidade pretendida.

Mas as "negociações" entre os donos do campo e o governo para os objetivos em questão não foram realizadas sem as mediações que foram necessárias realizar. A CLT (Consolidação das Leis Trabalhista), como demonstramos, não empregada no campo como Vargas prometeu aos trabalhadores do interior e arregimentados para a Batalha da Borracha. Esse foi um dos setores em que as mediações entre os donos do campo e o processo modernizador industrial das cidades constituíram uma verdadeira engenharia governamental

para sua realização. No campo, estavam as matérias primas que as indústrias precisavam para a transformação em produtos industrializados nas circunstâncias históricas que o mundo atravessava. Na cidade, o consumidor ávido pelo conforto que já experimentara tempos atrás. Na cidade estava a gestão racional moderna do capital que precisava ser estendida ao campo para sua própria sustentação.

Todavia, ao mesmo tempo que, o projeto modernizador varguista subordina o campo à cidade, aquele não perdeu sua importância, pois a cidade não é auto-suficiente e depende do campo para sua sobrevivência. A aliança deveria ocorrer, pois, com mediadores habilidosos no trato da economia com lucros para ambos os lados. E assim foi. As transações capitalistas eram realizadas utilizando-se novas metodologias no trato do capital comercial, enquanto as relações de produção e trabalhistas continuaram arcaicas. O interesse recaía sobre a produtividade para as indústrias dos grandes centros.

A ocupação dos “espaços vazios” com a Marcha para Oeste e a Batalha da Borracha constituem os dois alicerces do uso racional-legal do capital para a produção de matérias - primas, em especial a borracha, enquanto as relações e condições de trabalho nos seringais eram as piores possíveis. O Barracão, que era o local de residência do “gerente” do seringal e lugar onde funcionava uma ‘mercearia’ com gêneros diversos para venda aos seringueiros, assim como local de armazenagem e pesagem da borracha colhida pelos seringueiros representava um retrocesso na História, a escravidão por dívidas.

A Batalha da Borracha, aspecto fundamental da ação do Estado Novo na Amazônia como explicamos ao longo de nossa exposição, utilizou todo um aparato propagandístico retórico/persuasivo/imagético que tinha como objetivo a persuasão arregimentativa de trabalhadores nordestinos, particularmente os cearenses, como mão de obra para as empresas seringalistas da Amazônia.

Utilizando o referencial teórico do Interacionismo Simbólico meadiano na sua perspectiva imagética, que nos explicita a inexistência de passividade do receptor diante dos acontecimentos, mas sim o significado destes para a vida em sociedade, apresentamos como a imagética retórico/persuasiva da ação do Estado Novo na Amazônia utilizou instrumentos de mediação – fotografias, cartazes, filmes, Revistas Ilustradas – para a construção da Amazônia como Eldorado.

Ao privilegiar a análise do indivíduo em sua atitude (co) relacional, ou seja, nas variadas instâncias de sua cotidianidade, George Herbert Mead, nos ensina a pensar as atitudes (ações e relações de toda ordem) dos indivíduos de modo integrado. É no cotidiano que desempenhamos diferentes papéis. Papéis mediados por diferentes elementos e atores que

condicionam, ao mesmo tempo em que são condicionados pela estrutura sócio-histórica da realidade dada.

Realidade que, para Mead, é sempre construída e mediada pela ciência, pela política e pela cultura. Suas análises sobre as ações e relações sociais, nas quais os gestos e sentidos imprimem os significados que os indivíduos vão atribuindo às coisas, são balizadas em pesquisas que têm, na ciência, a legibilidade dos dados que apresenta sobre os campos analisados pelo cientista.

Dessa forma, os discursos, para Mead, têm um significado importantíssimo na constituição do self para a vida em sociedade. Na medida em que o “eu” interior é sublimado para o “eu” social como exigência para a vida em sociedade, os instrumentos que o gera (discursos normativos/disciplinares) são elaborados segundo os interesses dos saberes-poderes dessa sociedade.

O discurso imagético constitui, pois, um dos instrumentos que os poderes elaboram e, portanto, utilizam para os objetivos visados. Para o Interacionismo Simbólico meadiano, o discurso imagético não constitui elemento de passividade do receptor/destinatário diante do emissor/destinador, mas de uma relação na qual os elementos que compõem a linguagem visual veiculada apresentam elementos desejantes do universo cognitivo do receptor até então considerados distantes, mas, que podem ser, efetivamente, realizados em um curto espaço de tempo. Essa foi a retórica imagética persuasiva arregimentativa utilizada por Vargas na Marcha para o Oeste, particularmente para a Batalha da Borracha.

A interpretação do discurso imagético sob a perspectiva do Interacionismo Simbólico possibilita que a compreendamos nos níveis situacional e discursivo do momento histórico vivido pelo país (o projeto de capitalismo nacional varguista com a incorporação econômica dos ‘espaços vazios’), assim como a questão do Nordeste como região que apresentava sérios riscos à implantação do projeto modernizante varguista via investimentos estrangeiros, pelo nível de “vícios” de atraso (oligarquismo, messianismo, banditismo e miséria social) que apresentava, principalmente no Sertão e Interior nordestinos, elevado índice de resistências por parte dos ‘senhores de engenho’ os quais temiam que as reformas sociais (legislação trabalhista) empregadas nos grandes centros “chegassem” aos seus domínios.

Ao trabalhar com a perspectiva interacionista meadiana na imagética da referencialidade persuasiva nos níveis situacional e discursivo na ação do Estado Novo na Amazônia, nosso objetivo foi proporcionar ao pesquisador do tema (assim como em qualquer outra área do saber) outra possibilidade teórico-metodológica de análise de um período da história brasileira que permanecerá, ainda por um bom tempo (talvez mais do que possamos imaginar)

despertando novos questionamentos sobre o tema aqui apresentado em constante releituras dentre os quais o nosso próprio presente, cuja velocidade de ações ‘exige’ uma visita a acontecimentos do passado e de seus analistas, possibilitando analisar os fatos passados e presentes com a responsabilidade que o conhecimento para a análise requerida solicita.

Que o aparato repressivo varguista instaurou um ‘silêncio’ isso é inegável e há uma larga bibliografia que trata sobre a censura nos diversos órgãos de comunicação no governo, assim como na literatura e na política, principalmente. Aparato que não teria tido a força de atuação que teve se não contasse com hábeis interlocutores em veicular as informações de modo compartilhadas, isto é, de modo a estabelecer identificações persuasivas na população. E estabelecer identificações/significações significa a habilidade em situar as diversas sociabilidades em um conjunto de pertencimento a uma mensagem que estabelece o “conhecimento” das condições de vida da comunidade para a qual destina a mensagem e recebe a resposta em termos de adesão.

Em nenhum discurso de Vargas encontramos qualquer tipo de ameaça explícito. Vargas é habilidoso em sua oratória, sabedor da variedade de público ao qual destina suas mensagens, mesmo dirigindo-se explicitamente a setores específicos, em especial a seus opositores, utiliza a narrativa da oratória sob a forma de ‘avisos’. Tendo ‘conquistado’ a população para o projeto de Brasil moderno que se construía, do enaltecimento dos símbolos nacionais, do ressurgimento de heróis nacionais, dentre estes Tiradentes, da inexistência de políticas públicas para a população, de regiões “esquecidas” cuja população sentia-se estranha dentro de seu próprio país, da inexistência de instituições regulatórias das relações econômicas sob princípios modernos, assim como a necessidade de conhecimento da geografia do país apontada pelos geopolíticos, Vargas consegue a legibilidade para seu projeto nacionalista que se firmava.

Para a legitimidade desse projeto, mesmo utilizando aparato jurídico que lhe conferia poderes legais, burocráticos e regidos por estatutos, utilizando a linguagem weberiana, são exatamente, esses instrumentos que fundamentarão as mediações para a significação do governo na população brasileira. Assim, o rádio, revistas, jornais, discursos de Vargas e seus ‘correligionários’ constituíram os instrumentos que realizaram as mediações para a significação objetivada.

Mediações que produziram os efeitos de sentido para a justificação da significação do projeto estadonovista não somente como a instauração da modernidade no Brasil, mas como o governo que realizou a integração dos, até então, espaços vazios, ao projeto de nacionalidade brasileira. Mediações que produziram sentidos e significados estatuídos através

da habilidade (mesmo autoritária) dos mediadores com a população na sustentação do mito Vargas como o homem para a posteridade. O homem que fez da presidência a “casa” do Brasil, que recebia e ouvia no Catete pessoas comuns nas famosas ‘conversa com o presidente’. O rádio, as revistas, os jornais, os almanaques, os folhetins, as diversas instituições e organizações filantrópicas, a igreja, as associações comerciais, celebrações e inaugurações, o esporte; todos constituíram elementos de mediações utilizados pelo governo estadonovista para a legitimação de suas ações.

No Brasil estadonovista, a natureza intocada, rios e florestas, objetos pujantes do orgulho nacional passam a ser um bem econômico diante do processo industrializante que o país a passos largos caminhava. Uma batalha de imagens e documentários enaltecendo as riquezas dos “espaços vazios” foi produzida de forma a seduzir a população a migrar para essas regiões. A Marcha para o Oeste é a verdadeira brasilidade, afirma Vargas. A Batalha da Borracha, um dos desdobramentos da Marcha para o Oeste e diretamente vinculada à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um desses aspectos.

A ação do Estado novo na Amazônia, como todas as ações do governo Vargas, utilizou de forma grandiosa os recursos da fotografia, da fotomontagem e do fotojornalismo para divulgar a grandiosidade do “novo” Estado que se gestava. Com a Marcha para o Oeste não foi diferente; defendemos até, com um simbolismo maior que outras ações do governo.

O Estado Novo (1937-1945) é um dos temas mais estudados da História do Brasil; e quando pensamos que tudo já foi dito sobre esse período da História brasileira o qual definitivamente reordenou as relações entre Estado e Sociedade, sempre existem aspectos convidativos a um olhar mais detalhado, apurado. E assim continuará por um bom tempo ainda. Talvez um longo tempo. A História é sempre filha de seu tempo, como nos afirma Bloch. Com o avanço tecnológico aparelhos de maior precisão de descobertas e tratamentos arqueológicas, acervos documentais públicos e particulares que, aos poucos, vão sendo doados e disponibilizados para o público pesquisador, das mudanças que vão ocorrendo nas sociabilidades, das importantes pesquisas que tem sido realizadas pela neurociência, com certeza, teremos mais subsídios, além dos fornecidos por Mead, para melhor compreendermos o carisma, o processo e o poder da significação, da persuasão e da sedução, elementos cognitivos que ainda têm muito a ser estudado. Nosso trabalho é apenas uma contribuição nesse sentido.

Ao trabalhar a teoria do Interacionismo Simbólico meadiano como referencial para a análise imagética da ação estadonovista na Amazônia, privilegiando a referencialidade da imagem nos níveis situacional e discursivo, elementos da Análise do Discurso, nosso objetivo

foi alcançado na medida em que apresentamos que é possível sim, explicitar a historicidade dos acontecimentos utilizando ferramentas transdisciplinares como é o caso da teoria interacionista.

A imagem interacionista, por ser portadora de uma referencialidade dirigida de modo didático, portanto, pragmática e que desperta de forma objetiva o sistema sensorial de seu receptor para a significação objetivada, proporciona subsídios de respostas dificilmente encontradas em referenciais que não privilegiem a questão da significação na relação do receptor também como ator. Daí a importância atribuída aos estudos que as tecnologias da cognição têm realizado e ainda esperaremos um pouquinho para as utilizarmos nas análises concernentes à significação persuasiva que o carisma imprime.

Por constituir-se uma teoria transdisciplinar, o Interacionismo Simbólico meadiano convida ao pesquisador uma observação mais apurada da pretensa naturalidade da referencialidade “retratada” na imagem. Uma referencialidade que deve ser estudada cobrando de seu pesquisador a compreensão muito além das condições sócio-políticas que a propiciaram, assim como os efeitos persuasivos objetivados, mas uma análise que privilegie o ator social (receptor), inicialmente como dotado de um *querer-fazer* frente ao discurso que recebe – publicitário, verbal, imagético – e como capaz de tomar a atitude que o discurso imprime segundo as interações que este apresenta aos objetivos do público alvo segundo seus próprios interesses e significados que o arregimenta para o *poder-fazer*.

No mundo da globalização e para a sobrevivência da civilização, os três elementos que compõem a existência- indivíduo, natureza e sociedade -, exigem um conhecimento transdisciplinar e transcultural bem além das necessidades materiais. Um conhecimento reconhecedor da existência do outro, das emoções como efeito de mediações e ‘interações’ bem ou mal estabelecidas. Mediações e interações em que necessariamente, as relações entre trabalho, poder, religião e cultura devem ser problematizadas sob diretrizes que realmente contemplem os variados aspectos da vida em sociedade na busca de soluções efetivas sob pena da própria sobrevivência da espécie humana.

A academia como lugar do conhecimento erudito, continua sendo a única que tem a legibilidade do conhecimento científico, mas terá que empenhar-se, ainda mais (bem mais) no desenvolvimento de um conhecimento consciente e solidário para o universo das significações, das mediações e das interações. Porque são nesses três aspectos que residem os dois princípios vitais para a existência e convivência humana: a saúde do corpo e da mente.